

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

SÁBADO, 3 JUNHO

COMEMORAÇÃO NA ARCPA

**17H00 SESSÃO DE CINEMA
ATÉ AOS 12 ANOS**

ORGANIZAÇÃO:



O jornal ~~português~~
tem o patrocínio do



instituto português
do desporto

1 AVENTURE 1 F

DELÍCIA DE ANSIÃES

Rua. Antônio Siqueira, 2042/217 Capangaba de Minas

☎ 41 302 154 ☎ 378 446 012

Fabrico Próprio

- Bolos de Casaca
- Bolo de Leite
- Bolo de Mel
- Bolo de Chocolate
- Bolo de Flocos de Milho
- Bolo de Amendoim
- Bolo de Maizena
- Bolo de Fubá
- Bolo de Arroz
- Bolo de Melão
- Bolo de Laranja





Decar, Moveis e Carpintaria

Cozinhas | Quartos | Salas

Parquet flutuante | Soalhos | Forros

Todo o tipo de mobiliário por medida

Loja e Exposição

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues n.85 R/C
Carrazeda de Ansiães

Celestino Araújo Alves

278615060 | 961867993 | 912093010

Rua Tinta Barroca n.º 74 | 5140-353 Carrazeda de Ansiães



JmLIMA
soc. mediação de seguros

José Lima
T.M.: 91 943 55 56
jmlima.seguros@sapo.pt
www.jmlimaseguros.com

Rua Bombeiros Voluntários, 196
5140-060 CARRAZEDA DE ANSIÃES
T.: 278 616 218 F.: 278 617 953



Quintinha do Manel

Rua Tenente Aviador Melo Rodrigues
Carrazeda de Ansiães

Restaurante, Pensão / Residencial

278617487

 **SuperMaisAnsiões**

*Rua Dr. José João de Freitas Nº 50 * 5140-069 - Carrazeda de Ansiões*
Tlf./Fax 278 615 000

FICHA TÉCNICA

Nome

O Pombal

Propriedade

Associação Recreativa e Cultural
de Pombal de Ansiões

Nº de Pessoa Coletiva

500 798 001

Publicação Registada na D.G.C.S.

122017

Depósito Legal

129192/98

Diretor

Hélder Fernandes

Paginação e Composição

Pedro Miguel Fernandes Carvalho

Redação e Impressão

Largo da Igreja, 1 - Pombal de Ansiões

5140-222 Pombal CRZ

Telef. 278 669 199

E-mail: jornalopombal@gmail.com

jornal@arcpa.pt

Home Page

<http://www.arcpa.pt>

SEDE DO EDITOR

Sede da ARCPA

ESTATUTO EDITORIAL

www.arcpa.pt

Redatores

Hélder Fernandes; Pedro Carvalho

Fotografia

Fernando Figueiredo; Fernanda Natália; Hélder Fernandes
Eduardo Pinto;

Colaboradores

Eduardo Pinto; Hélder Fernandes; Carlos Fernandes
Fernando Campos Gouveia; Flora Teixeira; Manuel Barreiras
Pinto; Catarina Lima; José Mesquita; Fátima Santos; Adriana
Teixeira; Susana Bento; Matilde Teixeira; Hermínia Almeida;
Fernando Figueiredo; Vitor Paulo Lima; António Cunha

(Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores)

Tiragem Média

500 Exemplares

Preço

O jornal O POMBAL é gratuito para os
residentes em Pombal de Ansiões

Assinatura Anual (Sócios)

Portugal: 8,00 Euros;

Europa: 18,00 Euros;

Resto do Mundo: 25,00 Euros

Assinatura Anual (Não Sócios)

Portugal: 12,00 Euros; Europa: 25,00 Euros;

Resto do Mundo: 35,00 Euros

Pontos de Venda

Sede da ARCPA (Pombal);

Papelaria Horizonte; Ourivesaria Cardoso;

Papelaria Nunes

(Carrazeda de Ansiões)

Livraria/Papelaria CLIP (Vila Flor)

FUNDADO EM 1 DE JANEIRO 1997

EDITORIAL



Hélder Fernandes

A Reforma da Floresta

Um dos maiores inimigos e flagelos que tem destruído a floresta portuguesa têm sido os incêndios. Há vários anos que se discute a necessidade de reduzir o risco dos incêndios e das suas consequências, de modo a defender e aproveitar o grande ativo ambiental, económico e social que a floresta representa.

Como é sabido este problema tem-se agravado sobretudo nas zonas mais despovoadas e com uma população mais envelhecida, onde o abandono dos campos e do cultivo das terras se sente mais. Portugal é o único país da União Europeia, que em 15 anos, perdeu cerca de 150 mil hectares de área florestal. Por isso que é urgente agir e com medidas de fundo para reverter esta situação.

Desde o mês de outubro de 2016 que o tema da reforma da floresta tem vindo a ser noticiado, tendo sido já aprovados 12 diplomas e deu-se início à discussão pública. Sobretudo a questão do “Banco de Terras”, a criação de um sistema cadastral simplificado e o “Fundo de Mobilização de Terras”, que resultariam numa forma de gerir e ordenar a floresta mais eficiente e sustentável.

De destacar o Banco de Terras, que tem como objetivo otimizar o uso do património fundiário que já pertence ao estado, e, também do património que possa vir a ser identificado como “sem dono conhecido”. Estes dois tipos de património fundiário (do estado e “sem dono conhecido”) serão integrados no Banco de Terras e entregues para gestão e exploração a agricultores, sobretudo jovens, ou a entidades públicas ou privadas.

De seguida apresentamos alguns dos diplomas relacionados com a reforma da floresta:

- Criação do Banco de Terras
- Criação do Fundo de Mobilização de Terras
- Criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada
- Criação do regime de reconhecimento das Sociedades de Gestão Florestal
- Simplificação das normas de funcionamento das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)
- Alteração do regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal
- Novo quadro de incentivos e isenções fiscais para o sector florestal
- Plano-piloto de prevenção de incêndios florestais e de valorização e recuperação de habitats naturais no Parque Natural da Peneda-Gerês
- Reestruturar o sistema de defesa da floresta contra incêndios
- Regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais
- Revisão do regime jurídico das ações de arborização e de rearborecimento
- Programa Nacional de Fogo Controlado

Estas medidas não são unanimemente bem vistas, têm surgido algumas críticas sobretudo por parte de associações de baldios, que consideram que estas medidas são uma falta de visão e de compromisso de futuro, no sentido em que se verifica um desequilíbrio de investimento entre a prevenção e o combate a incêndios. Por outro lado, verifica-se uma linha de orientação que canaliza para as autarquias, para as sociedades de gestão e para as sociedades gestoras das ZIF o futuro da gestão florestal. Situação que pode contemplar interesses privados ao nível dos regimes fiscais mais favoráveis.

Outra crítica que se aponta prende-se com a falta de medidas que envolvam os mercados de produtos de base florestal, bem como não prevê nenhum tipo de intervenção sobre a formação dos preços dos principais produtos florestais, nas principais fileiras, impostos unilateralmente pela procura.

As propostas apresentadas ficam longe de oferecer resposta ao setor florestal, ao ordenamento do território e à fiscalização das florestas. Ainda muito há por fazer!



INDÚSTRIAS PVTDA L.º DA TROVADA, Lda

Condições e Preços: Reservados
Todos os Direitos de Uso e Cópia

Reserva de Direitos: 2017
Telefone: 228 100 000

4150-171 PORTO



Lugar do Castelo - 4150-171 Porto
Rua do Castelo

Reserva de Direitos: 2017 - Todos os Direitos de Uso e Cópia
Telefone: 228 100 000

4150-171 Porto
Rua do Castelo
Telefone: 228 100 000



Regulamento Cedência do Salão

Sócio(a) / Filho(a) de Sócio(a) / Cônjuge

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	40€	15€	30€	75€
3/4	100€	40€	80€	200€

Não Sócio(a)

Dias	Salão	Loiças	Cozinha	Salão / Loiças / Cozinha
1	80€	30€	60€	150€
3/4	200€	80€	150€	300€

Obs: Para este efeito, as regalias de sócio, adquirem-se desde que se seja sócio(a) há mais de um ano, na data do pedido.

O sal o deverá ser sempre pedido por escrito, com uma antecedência adequada.

Para casamentos, principalmente no Ver o e datas festivas, a antecedência deverá ser, no m nimo de três meses,

Os pedidos ser o objecto de aprecia o e decis o, por ordem de chegada. Sempre que os pedidos sejam coincidentes, os sócios ter o preferência sobre os n o-sócios.



Condições e Preços: Reservados
Todos os Direitos de Uso e Cópia
Rua do Castelo - 4150-171 Porto
Telefone: 228 100 000

CALÇA CURTA

Reserva de Direitos: 2017
Telefone: 228 100 000

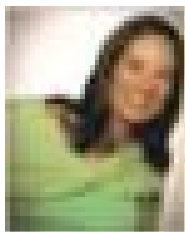
TALHO NOVO

talhonovo@hotmail.com
Carrazeda de Ansiães

Visite o nosso site
www.arcpa.pt

SERRALHARIA A NOVA
DE: Albino Augusto Carvalho
— FERRO E ALUMÍNIO —

Zona Industrial, Lote 6 * Tel/Fax 278 615 268
Telm: 917 601 847 * 5140-105 CARRAZEDA DE ANSIÃES



Notícias da Capital

Susana Bento

No texto anterior, em Fevereiro, partilhei um momento da minha escrita dos tempos em que vivi em Lisboa, de antes de ir para a Áustria. Este de hoje é também um texto datado de 1 de Março de 2005 mas que continua actual, visto que trata de um sentimento que volta e meia retorna a nós, como num ciclo – a pressão (em paralelo com o tempo).

Parte de uma lista de seis itens de definições várias para “pressão”, com os quais fiz o contorno da escrita do texto. Assim contam as minhas linhas de então, que hoje partilho convosco, como que abrindo o baú das memórias e pressões vividas:

Do latim *pressiōne*, acto ou efeito de premer ou premir; força exercida sobre um determinado ponto de uma superfície. Mas, se pensarmos bem, isto também é referente às pessoas. A influência de nós sobre os outros; a influência também do outro em nós. Uma espécie de grandeza definida pelo quociente entre a força exercida e a área de superfície em causa. Sentimos pressão quando nos tentam persuadir ou

obrigar a alguma coisa. Exercem-nos pressão para nos convencer e sentimo-nos constrangidos a coagir, a fazer por vontade imprópria. E a pressão arterial aumenta. O sangue corre então com intensidade dobrada nas nossas artérias. Olhamos em volta e descobrimos uma densidade diferente. Como que o ar nos tocasse, sentimos a atmosfera terrestre a exercer uma pressão estranha num determinado ponto da nossa pele. Olhamos ainda mais à volta e percebemos que tudo ganhou uma nova dimensão, que o ar está sobrecarregado e que sentimos urgência em fugir e regressar à densidade normal. Premer, premir, estar sob pressão... Pressão social? Sim, talvez. Estamos juntos, somos sociáveis e influenciáveis e, mesmo sem pensar, acabamos por exercer uma força de coacção no campo dos outros. Premer... talvez seja boa ideia premir então o nosso botão da consciência e saber-nos no nosso lugar momentâneo.

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

--- Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia cinco de Maio de dois mil e dezassete, no livro de notas trezentos e dezoito traço A com início a folhas trinta e oito **CARLOS AMÉRICO MOURA DA COSTA** (N.I.F. 194 159 043) e mulher **MARIA FERNANDA DOS SANTOS PERALTO DA COSTA** (N.I.F. 207 926 760) casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais ele da freguesia de Linhares, do concelho de Carraceda de Ansiães, onde residem no lugar de Campelos, na Rua do Ouro, nº8, e ela natural da freguesia de Nagozelo do Douro, concelho de São João da Pesqueira, declararam que com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte:-----

--- Prédio urbano composto de casa de dois andares, com a superfície coberta de vinte metros quadrados, sito na "Rua do Ouro", no lugar de Campelos, freguesia de Linhares, concelho de Carraceda de Ansiães, inscrito na matriz sob o artigo 277, com o valor patrimonial de 1.130.00€, a que atribuem igual valor, a confrontar de norte com Augusto Carneiro de sul com António Máximo de nascente e poente com Rua, omissa na Conservatória do Registo Predial de Carraceda de Ansiães.-----

--- O referido prédio veio à posse e domínio dos justificados, no estado de casados, por doação verbal, de Engrácia Rosa dos Santos, viúva, residente que foi no lugar de Campelos, freguesia de Linhares, concelho de Carraceda de Ansiães, aquisição esta que ocorreu por volta do ano de mil novecentos e noventa, não tendo sido formalizada por documento autêntico.-----

--- Que desde então, portanto a mais de vinte anos, têm possuído o referido prédio, retirando as utilidades pelo mesmo proporcionada, habitando-o, guardando nele haveres, com o ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecidos como seus donos por toda a gente, fazendo-o de boa-fé, por ignorarem lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, continua e publicamente, à vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém.-----

--- Que dadas as características de tal posse, os justificados adquiriram o referido prédio por usucapião, título esse que pela sua natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.-----

--- Está conforme o original. Macedo de Cavaleiros cinco de Maio de dois mil e dezassete. A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis.

Conta registada sob o número 793/1



Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial e Cartório Notarial
de Carraceda de Ansiães

CERTIDÃO

--- Certifico, para fins de publicação, nos termos do art.º 100.º do código do notariado, que por escritura de justificação notarial, outorgada neste cartório notarial, em 18/05/2017, lavrada a partir de folhas 18 do respectivo livro de notas número oitenta e sete C, **Maria Teresa Dias da Mota**, NIF 154 337 137, divorciada, natural da freguesia de Paranhos, concelho de Carraceda de Ansiães, onde reside na Rua da Belmira,-----

declara:

--- Que, com exclusão de outrem, é dona e legítima possuidora de um **prédio urbano** composto de casa de habitação com dois pisos, com a área coberta de cinquenta metros quadrados, sito no Beco da Belmira, freguesia de Paranhos, concelho de Carraceda de Ansiães, a confrontar a norte com Belmiro Ferreira, a sul com Francisco Araújo, a nascente com Francisco Araújo e poente com herdeiros de José Morais, ainda não descrito na Conservatória do Registo Predial de Carraceda de Ansiães, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 341, com o valor patrimonial de 66280,00, igual ao que lhe atribui.-----

--- Que, deste modo não possui título formal que lhe permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, ela justificante, já possui, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os actos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, usando-o como sua casa de habitação, fazendo as necessárias obras de conservação, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre como sua proprietária, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazer em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e como conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriu o citado prédio por usucapião, que expressamente invoca para justificar o seu direito de propriedade para fins de principal inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.-----

--- Que, deste modo não possui título formal que lhe permita registar na aludida Conservatória do Registo Predial o identificado imóvel, todavia, desde o citado ano, data em que se operou a tradição material do mesmo, ela justificante, já possui, em nome e interesse próprios, o prédio em causa, tendo sempre sobre ele praticado todos os actos materiais de conservação, uso e aproveitamento, tais como, usando-o como sua casa de habitação, fazendo as necessárias obras de conservação, aproveitando, assim, dele todas as suas correspondentes utilidades e pagando todas as contribuições e impostos por ele devidos, agindo sempre como sua proprietária, quer na sua fruição, quer no suporte dos seus encargos, tudo isso realizado à vista de toda a gente, sem qualquer ocultação, de forma continuada, ostensiva e ininterrupta desde o seu início, sem qualquer oposição ou obstáculo de quem quer que seja e sempre no convencimento de o fazer em coisa própria, tendo, assim, mantido e exercido sobre o identificado prédio, durante mais de vinte anos e como conhecimento da generalidade das pessoas vizinhas, uma posse pública, pacífica, contínua e em nome próprio, pelo que adquiriu o citado prédio por usucapião, que expressamente invoca para justificar o seu direito de propriedade para fins de principal inscrição no registo predial, direito esse que pela sua própria natureza não pode ser comprovado por qualquer título formal extrajudicial.-----

Extraí a presente certidão de teor parcial que vai conforme o seu original, e na parte omitida nada há em contrário que amplie, restrinja, modifique ou condicione a parte transcrita.

18/05/2017. A Conservadora,
(Ana Paula Pinto Filipe da Costa) Conta registada sob o n.º 259.

XXIII Prova de Vinhos da ARCPA em Pombal de Ansiões

Pedro Carvalho

Pelo 23^a ano consecutivo a ARCPA levou a cabo a realização da prova de vinhos em Pombal de Ansiões, atividade muito apreciada pelos nossos concidadãos e pelo público em geral, não só pela qualidade dos produtos expostos mas também pelo momento de convívio entre todos os presentes.

Este ano fazia parte do programa a exposição dos "mercadinhos de rua", atividade que teve que ser recondicionada e limitada dadas as condições climatéricas não permitirem fazer essa exposição no exterior do nosso salão, o S. Pedro resolveu marcar presença durante o evento.

Mesmo assim foi possível colocar alguns expositores no interior do salão e expor alguns dos produtos que tão bem a nossa região sabe fazer.

Durante a manhã teve lugar uma palestra que contou com a presença do vice presidente da ARCPA Helder Fernandes, a Sr^a Presidente da Junta de Pombal Fernanda Cardoso, o delegado do Ministério da Agricultura da Região do Douro Eng^o Júlio Félix e o Eng^o Agrónomo Telmo Pinto, onde foi feita uma breve apresentação da nossa freguesia e onde foram debatidos temas sobre o vinho e as doenças da vinha,

assim como a forma de as prevenir e combater, sempre com a interação do público presente.

De seguida deu-se início ao "aconchego" do estômago, com elevada adesão do nosso público, para a sande de porco no espeto e o caldo verde, servindo de mote para mais tarde se dar abertura à tão esperada prova de vinhos.

O público em geral correspondeu em elevado número, como já vem sendo habitual, contando com a presença do Sr. Presidente da Câmara Municipal, vários representantes partidários do concelho e outras ilustres figuras, que durante o certame foram "brindados" com a boa disposição do grupo de cantares ao desafio, já nossos conhecidos, Augusto Moreira e Adília.

Para Finalizar este convívio foram chamados todos os participantes ao palco para receberem uma pequena lembrança e agradecer a sua participação, pois é graças a eles que se deve esta atividade e esperar que para o próximo ano haja ainda mais motivos de interesse para podermos continuar a proporcionar este tipo de iniciativas que só enaltecem a nossa terra e a nossa Associação.





Património e Cidadania

Fernando Figueiredo

ALINHADO TUA E A BARRAGEM

Do comboio Pouca-Terra... à submersão da linha

Não vou agora divagar, dissertar ou tomar qualquer posição sobre o encerramento da Linha do Tua nem sobre a construção da barragem no mesmo rio. Esses assuntos foram colocados em apreciação pública, houve um tempo para os discutir, para as pessoas se mobilizarem, para serem tomadas decisões, para agir. Agora o tempo é de encarar as realidades e geri-las. Tal não invalida que as populações estejam atentas e tomem posições quando e se vierem a sentir-se prejudicadas. Pela positiva, agora, devem adaptar-se e procurar sobretudo aproveitar as potencialidades da albufeira da barragem e da sua envolvente.

Por outro lado, acerca do que se me afigurou como essencial, tratei destas matérias no livro que publiquei, o ano passado, sobre a Freguesia de Pombal.

Mais uma vez, só volto ao assunto porque o Doutor Raul Mesquita Lima me facultou fotografias inéditas sobre o último tipo de composições que circularam entre Mirandela e Foz-Tua. O texto que me prontifiquei a elaborar para as incluir, pretende, assim, deixar mais um registo que não vi ainda feito.

As composições a diesel que transitavam na Linha do Tua, na última fase da sua existência, eram já muito reduzidas e modestas, de tipo misto, com máquina e três carruagens, duas para passageiros e uma para carga. Há muito que tinham desaparecido as longas composições, com base no aproveitamento do vapor, essas sim, integrando um “pouca-terra”, lento e decrépito, que assustava muitas vezes as crianças e os menos acostumados à sua passagem. Também as rápidas e práticas automotoras, introduzidas no final da década de 1950 e vocacionadas sobretudo para a deslocação de passageiros, haviam deixado há muito de circular na Linha do Tua.

Em finais de 1991, dos 134 quilómetros da sua extensão total, entre Foz-Tua e Bragança, foram encerrados os correspondentes ao troço Mirandela-Bragança. Este trajecto foi assegurado por autocarros “ao serviço da CP” até finais de 2003. Entretanto, consumado o fecho do troço ferroviário, o Município de Mirandela promoveu a constituição da “Sociedade do Metro de Mirandela”, prevendo a adaptação da ferrovia entre aquela cidade e a Estação de Carvalhais. O “Metro” foi inaugurado com aquele percurso em 28-07-1995 e o comboio continuou a circular até ao Tua. A partir de Outubro de 2001, um acordo integrando os municípios de Mirandela, Vila Flor, Carraceda de Ansiães, Alijó e Murça, e a REFER e o Governo, permitiu que o “Metro” se estendesse ao troço Mirandela - Foz-Tua. Mas foi como que o “Canto do Cisne” do transporte ferroviário também neste troço.

Com efeito, o comboio circulou na margem esquerda do Tua, durante pouco mais de um século, tendo cessado as viagens na ferrovia em 2008, após os desabamentos de terras de 2007 e 2008, provocando acidentes, dos quais resultaram 4 mortos. Foi o culminar de um período de desinvestimento na linha e o fim de uma era.

Por dados dispersos, recentemente coligidos, temos informação de que a Barragem tem um paredão com 275 metros de extensão e 108 de altura, uma central que produzirá cerca de 600 gigawatts hora/ano - equivalente ao consumo de uma cidade como Braga -, e que a albufeira se estenderá ao longo de 27 km até à freguesia de Freixel, sendo que, a partir de Brunheda, os terrenos já estarão quase ao nível da cota máxima: 170 metros.

Ao fim da circulação de composições, seguiu-se a

desactivação da linha férrea, entre Foz-Tua - Brunheda, numa extensão de cerca de 16 quilómetros a partir do paredão da barragem.

Todavia, na dinâmica criada na região, está previsto que a linha férrea entre Brunheda e Mirandela seja reactivada, integrando-se ou complementando o projecto do metro de superfície existente.

Neste contexto, a parte mais característica da linha do Tua, entre Foz-Tua e Brunheda, que acompanhava a parte designada “selvagem” do rio, ficará submersa pelas águas da albufeira e sem linha férrea e composições; por seu turno, a parte superior do rio, entre Brunheda e Mirandela, continuará a ter um aproveitamento do curso de água para regadio e as populações poderão voltar a usufruir de um meio de transporte com base na ferrovia.

Não deixa de despertar alguma curiosidade saber que, aquando da sua construção, se pretendia que a Linha do Tua fosse complementar da Linha do Douro, como os próprios rios que lhes davam o nome eram um do outro; e que, agora, em nome de outros interesses e tendo em vista outras finalidades, um extenso lago de água irá consolidar a criação de duas realidades distintas, com base no aproveitamento do rio menor, mas sacrificando o traçado da ferrovia inicial. Tudo o que de complementar entre elas seja implementado através das águas da barragem, será já uma outra coisa... Turismo, com certeza. Os operadores já lá estão. Vamos ver com que benefício para as populações. Dependerá muito da sua adesão e organização.

Sinais dos tempos!

Agradecimento: Ao Doutor Raul Mesquita Lima, pela cedência das fotos que acompanham o artigo e pelo incentivo à escrita do mesmo.



Vacinação e desparasitação em cães e gatos

Luís Sá

Vacinação

A barreira mais eficaz na prevenção de doenças dos animais de companhia é, sem dúvida, uma correcta vacinação que permite o desenvolvimento de imunidade contra diferentes agentes.

Em Portugal é obrigatória a vacinação contra a raiva a partir dos 3 a 6 meses de idade. Apesar disso existem muitos animais que não são vacinados, o que constitui um problema de saúde pública.

A raiva é uma doença contagiosa provocada por um vírus que mata por ano cerca de 55000 pessoas em todo o mundo! Atinge mortalmente animais de sangue quente, incluindo o homem. Quando um animal doente morde outro saudável propaga o vírus pela saliva, atingindo o sistema nervoso provocando alterações de comportamento (agressividade, nervosismo, desorientação, convulsões) e paralisia progressiva. O animal/pessoa morrem por paralisia respiratória.

Lembre-se que a vacinação pode salvar a sua vida e a do seu animal de estimação!

Portugal é actualmente um país indomne, isto é, sem casos de doença. Só é possível manter este estatuto se continuarmos a vacinar em massa os nossos animais domésticos, evitando assim o reaparecimento desta terrível doença.

Existem ainda outras vacinas que, sendo facultativas, são muito importantes para a saúde do seu animal. Dependendo do ambiente a que esteja exposto, da idade, do sexo, entre outros, poderemos optar por vacinar o cão ou gato contra várias doenças. Os cães podem ser vacinados contra a parvovirose, esgana, hepatite infecciosa, laringotraqueíte infecciosa (tosse do canil), leptospirose, herpesvírose, babesiose (febre da carraça), leishmaniose e raiva.

Cães e gatos devem ser vacinados enquanto jovens e revacinados anualmente. As doenças que fazem parte do protocolo de vacinação dos gatos são: rinotraqueíte infecciosa, calicivirose, herpesvírose, clamidiose, panleucopénia, leucemia felina e raiva.

O facto de o seu animal não sair de casa não impede que ele contraia a doença. As pessoas podem inadvertidamente ser portadoras de doenças transmissíveis aos animais.

Os cachorros e gatinhos precisam de tomar mais do que uma dose de vacina, podendo iniciar o programa vacinal logo às 6 semanas (primovacinação) a partir desta altura seguem-se as outras doses vacinais que o seu médico veterinário lhe recomendará. É nesta fase inicial da vida do animal que o sistema imunitário aprende a defender-se das doenças sendo crucial fazer um acertado plano vacinal e impedir o contacto com animais não vacinados.

Se o animal estiver doente não deverá ser vacinado.

Alguns animais podem ter reacções vacinais a nível local (inchaços, dor local) e geral (febre, anorexia, vômito). Deverá entrar em contacto com o seu veterinário se ocorrer algum sintoma anormal após a vacinação.

Desparasitação

É fundamental fazer uma boa desparasitação do seu animal, desta forma vai evitar que a sua família sofra com parasitas indesejados!

A desparasitação interna, contra lombrigas (vermes redondos) e ténias (vermes achatados), deve ser efectuada regularmente de 15 em 15 dias até aos 3 meses de idade, uma vez por mês até aos 6 meses e depois com intervalos de 3 a 4 meses durante toda a vida do animal. As fezes deverão ser inspecionadas e depois eliminadas pois é muito comum o aparecimento de parasitas adultos, os seus ovos e formas larvares. Evite a contaminação do ambiente familiar e público.

A desparasitação de parasitas externos, como pulgas e carraças, deve ser realizada com a frequência necessária atendendo ao produto usado e às condições climáticas. No mercado existem vários produtos desparasitantes: coleiras, sprays, spot on (aplicados no dorso do animal), shampoos, comprimidos e injectáveis.

Procure desparasitantes externos que também protejam contra a picada do mosquito, ajudando a prevenir, desta forma a leishmaniose, uma doença crónica que na nossa zona tem vindo a afectar cada vez mais cães e em casos mais raros algumas pessoas.

As pulgas podem encontrar-se no pelo do animal onde se alimentam de sangue, acasalam e põem ovos. Podem causar dermatite alérgica à picada da pulga no animal e também no dono.

A carraça é outro parasita muito frequente nos cães. Alimenta-se do animal e pode transmitir doenças como a febre da carraça (babesiose). Esta doença põe em risco a vida do seu animal, caracterizando-se pela urina alaranjada, no entanto pode ser evitada por si ao aplicar produtos desparasitantes eficazes.

Uma correcta desparasitação permite um optimo crescimento da sua mascote e protege também a sua família principalmente as crianças.

O seu veterinário poderá esclarecer e orientar todas as suas dúvidas relativas ao seu animal de estimação (planos vacinais e de desparasitação, entre outros).

CLINICA VETERINÁRIA VALE D'ÁLVARO
Vale d'Álvares – Bragança
273325356 / 968040881 / 93468295



Finalistas

António Duarte Cunha

(Diretor do Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo)

Fomos confrontados há bem pouco tempo com notícias na comunicação social sobre distúrbios causados por alunos portugueses no sul de Espanha, durante a viagem de finalistas. Jornais portugueses noticiavam que teriam sido 1200 alunos, o Público, e O Expresso afirma que seriam entre 800 e 1000 alunos!! O El País de “nuestros hermanos”, é mais comedido (!!!) e atesta que terão sido cerca de 800 alunos. Importa realçar é que o(s) número(s) é(são) assustador(es), tendo em conta, depois, o contraditório feito pelos alunos, alguns, pelos pais e pelas agências organizadoras.

Sabemos que este tipo de viagens, a meu ver, se configura como uma espécie de preparação para o descalabro alcoólatra das semanas académicas vindouras, as quais raramente merecem tamanha exposição mediática!!! Ou seja, é claro que há exageros e excessos de juventude que se comentem, infelizmente, mas que farão, a que custo, parte do crescimento individual. Mas terão sido todos estes alunos!!! Não desculpando de modo algum os verdadeiros prevaricadores, não sei se, passe a ironia, pelo alegado número de estudantes que atiraram “colchões pela janela”, arremessaram “televisores para as banheiras”, descarregaram extintores e, ainda, cometeram o pecado do “deboche”, não terá ocorrido uma revolução, uma espécie de abrilada torremolina, em pleno hotel, tendo faltado apenas os carros de combate e a força de intervenção de elite espanhola!! Sabemos também que o hotel não terá ficado com prejuízo, uma vez que as cauções entregues pelos alunos, terão sido acionadas!!! Cada aluno, no momento do check in é obrigado a deixar uma caução de 50€ para cobrir eventuais estragos. 50€ vezes 1000 alunos é igual a 50000€!! A ser verdade o que dizem centenas de alunos que pediram o livro de reclamações, que em alguns casos lhes terá sido negado, terão sido uma dúzia de estudantes que se deram ao desplante de não saber estar, de não saber respeitar o que está quieto e de terem causado danos, o dono do hotel fez um excelente negócio, ou seja,

recebeu o dinheiro da estadia e, ainda, o valor de 1000 cauções!!

Dada a informação e a contrainformação sobre este triste assunto, espero que as agências organizadoras não se calem, que os alunos e seus encarregados de educação não se remetam ao silêncio, se apure a verdade dos factos e que quem efetivamente se portou mal arque com as consequências e não fique impune porque, para além dos danos materiais causados, prejudicaram centenas de colegas seus, colocaram o nome do seu país na ribalta internacional pelas piores razões. Já nos chega um tal senhor holandês que afirmou em pleno parlamento europeu que, vou ser educado, nós, os do sul, gostamos é de “mulheres da má vida e vinho verde”!!!

É também o tempo de se fazer uma reflexão séria sobre este tipo de atividades por parte dos encarregados de educação e pelas próprias associações de estudantes e suas escolas/colégios: para que servem e quais os seus objetivos?? É fácil assobiar para o lado e dizer que “o meu filho não se mete nisso!” Será?!? Sei que a maioria dos encarregados de educação se limita a entregar cerca de 500€ para pagar a tão ansiada viagem de finalistas aos seus meninos e meninas. Mas infelizmente não se envolvem, não sabem o que contém o “menu” de tal viagem!! Desconfio que alguns, nem sabem para que local de Espanha vão os filhos!! O que parece contar são apenas as “notas” de acesso ao ensino superior. Valores, educação, respeito e imposição de limites parece que não fazem parte do dia-a-dia de alguns dos nossos jovens. É claro!

Como Diretor de um agrupamento de escolas que também tem oferta de ensino secundário, esclareço que este tipo de viagens não entra no nosso plano anual de atividades. As escolas, os seus diretores e professores apesar de não ficarem agradados com este tipo de notícias, não têm responsabilidades na promoção ou organização deste tipo de viagens, apesar dos avisos e recomendações prestados.



Dia Diocesano

Fernanda Natália

Fotos: Fernanda Natália

Dia Diocesano da Juventude Carrazeda de Ansiães

Nos dias 5 e 6 de maio, Carrazeda de Ansiães encheu-se de jovens provenientes de todo o distrito de Bragança para participarem no Dia Diocesano da Juventude.

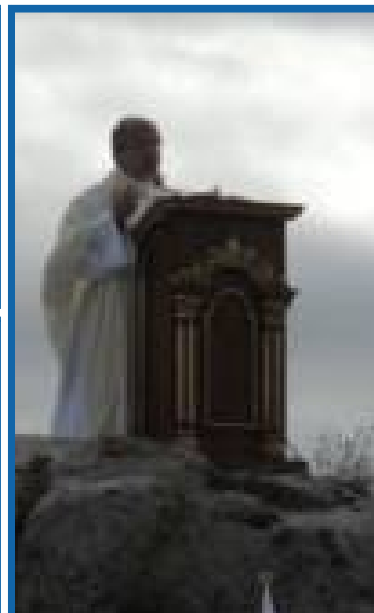
Este encontro foi promovido pelo Secretariado Diocesano da Pastoral Juvenil e Vocacional, organizado pela Unidade Pastoral de Ansiães, com participação activa dos Jovens UPA, Escuteiros e Crismandos. Apoiaram a iniciativa o Município, IPSS, Bombeiros, GNR e Escuteiros, que se uniram para deixar marcas positivas em todos os jovens que participaram.

Previamente, o bispo de Bragança-Miranda, D. José Cordeiro, convidara os jovens a participar no Dia Diocesano da Juventude, antevendo tratar-se de “um grande dia para, com Maria e como Maria, também nós cantarmos as maravilhas que Deus realiza em nós, «o todo-poderoso fez em mim maravilhas»”. Acrescentou que este encontro de jovens se integrava no contexto do Ano Mariano que a Igreja transmontana está a viver e, ainda, do Centenário das Aparições em Fátima, que se celebraram uma semana depois deste encontro juvenil.

Dia 6, a manhã foi preenchida com actividades de

oração e de descoberta da sede do concelho. Muitos jovens encheram as ruas de Carrazeda de Ansiães, entoando cânticos a que ninguém ficou indiferente, sobretudo pela alegria e vivacidade não só dos jovens mas, também, dos seus acompanhantes. Jovens felizes, unidos pelo amor a Cristo.

De tarde, os jovens dirigiram-se para a Vila amuralhada de Ansiães, realizando jogos tradicionais e algumas actividades marianas e bíblicas, as quais foram orientadas pelos jovens da Unidade Pastoral de Ansiães. Na verdade, havia vários locais que convidavam à reflexão e à aproximação dos princípios e valores da Igreja: a “Tenda das Vocações”, confessionários e a “Tenda da adoração” que, por si só, era um convite à oração e a uma maior intimidade com Cristo. Esta actividade decorreu no interior da igreja de S. Salvador, cuja arquitectura remete para um ambiente de solenidade mas, também, de muita paz. A penumbra do seu interior é já um convite a vivências de pura união a Jesus Cristo. Depois de todas estas actividades seguiu-se a Eucaristia presidida por D. José Cordeiro e, no fim, foi feita a passagem de testemunho através da entrega da Cruz à Unidade Pastoral Senhora da Visitação, de Vimioso.





A “ressabiadisse” não tem partido

Nuno Magalhães

O Decreto n.º 15/2017, de 12 de maio, veio confirmar a realização das Eleições Autárquicas, no dia 01 de outubro de 2017. A pouco mais de 6 meses do ato eleitoral, regressa à tona o fenómeno das candidaturas independentes. Após a conquista de 13 municípios nas eleições autárquicas de 2013, o ano de 2017 promete uma nova onda de candidaturas independentes, alargando-se o número de candidaturas fora dos espectros partidários. Além disso, conforme demonstra o presidente da Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes (AMAI), Aurélio Ferreira (eleito vereador, na Câmara Municipal da Marinha Grande, em 2013), espera-se a conquista de novas autarquias por parte de movimentos independentes. Esta afirmação dos Movimentos Independentes demonstra-nos o atual “descrédito” em que se encontram os Partidos Políticos. Este novo fôlego das candidaturas independentes é mais um golpe nos Partidos Políticos e um verdadeiro “alarme” para as Comissões Políticas de todos os Partidos Portugueses. As estruturas partidárias necessitam de rever a sua ação local (e nacional) e a sua abrangência social, de forma a compreender o afastamento entre os cidadãos e os pilares da nossa democracia – os Partidos Políticos.

Após esta crítica aos Partidos Políticos, transcrevo as palavras do Presidente da AMAI sobre os movimentos independentes: “Estão mais próximas das pessoas, dos concelhos, das freguesias.”. Não fazendo nenhum juízo de valor sobre qualquer candidatura independente, apenas questiono: será mesmo assim?

Antes de avançar, pretendo fazer uma declaração de interesses sobre as candidaturas independentes: não sou contra a existência de candidaturas independentes. Acredito que, a Política e a Participação Cívica são um espaço plural que deve abranger todos os que pretendam intervir pelas suas comunidades. Não considero que deverão ser os Partidos a deter a monopólio da participação eleitoral, devendo estar aberta a todos os cidadãos que, de modo organizado, coerente e claro, pretendam candidatar-se a liderar os destinos das suas autarquias. Da mesma forma, tenho uma posição favorável à atual simplificação dos procedimentos de candidatura de cidadãos independentes.

Contudo, não posso, nem consigo, ter uma posição favorável à subversão da opinião pública, através da utilização do grande chavão da “independência”. Como pode alguém afirmar-se independente quando,

há menos de 3, 6 ou 12 meses, estava dentro de uma organização partidária, onde comungava de valores ideológicos e, até, estratégicos de determinado partido? A condição de independência ganha-se apenas através da desvinculação partidária? É independente aquele que abandona o partido porque a Comissão Política do seu concelho ou distrito não o escolheu para ser candidato neste concelho ou naquela freguesia? Serão verdadeiramente independentes ou serão dependentes dos seus interesses pessoais?

Infelizmente, demasiadas candidaturas utilizam o termo de independente apenas para captar a simpatia da opinião pública. Mas estes não são candidatos independentes, são políticos dependentes que utilizam todas as armas para se manterem na ribalta política e nas bocas do povo. Obviamente que, nem todas as candidaturas independentes partilham deste princípio. Obviamente que, todos temos direito a discordar com a posição e escolhas do nosso partido. Obviamente que, temos todo o direito de abandonar o nosso partido quando o desejarmos. Contudo, quando algumas destas escolhas são coincidentes com períodos eleitorais, as motivações acabam (quase) sempre por sobrepor-se ao bem das comunidades. E quando vemos um movimento independente que surge do aglomerar de pessoas não escolhidas para integrar os projetos dos partidos que, até então, sempre defenderam, talvez o ego pessoal esteja a superiorizar-se à democracia interna dos partidos e, muitas vezes, à população.

Sempre olhei com imensa desconfiança para movimentos independentes de dependentes políticos. Pois se os partidos políticos, a que ainda pertencem ou pertenciam, os tivessem convidado a integrar as listas não se insurgiriam contra nada nem ninguém. Estas posições de pequenos ressabiados apenas expõem o lado perverso do poder político, aglutinando descontentes partidários sobre o chavão da “independência”. Mas ser ressabiado político não é ser independente, é ser mesquinho.

Quando ouvirem falar de independentes não os olhem com descrédito, mas, também, não os olhem como os “salvadores da pátria”. Analisem os seus percursos, as suas equipas e os seus projetos, antes de tirarem conclusões. Mas, lembrem-se, a “ressabiadisse” não tem partido!



Exercício físicos - Inspirar os Mais Novos Para Assegurar o Futuro.

Pedro Forte

Recentemente uma notícia do Diário de Notícias tinha como título “Promover atividade física para reduzir morte precoce” [1]. Esta mesma notícia alerta-nos para que 20% das mortes que ocorrem antes dos 70 anos são devidas a hábitos e estilos de vida pouco saudáveis. Também é referido que o maior objetivo do Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física (PNPAF) é precisamente a diminuição do sedentarismo em Portugal.

A revista Sábado [2] publicou em 2015 uma notícia em que nos dava conta que as crianças portuguesas se encontravam entre as mais sedentárias na Europa. Já num outro artigo do Público [3] a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou que Portugal é dos países Europeus com maior obesidade infantil, mas também se regista esta tendência nos adultos. A verdade é que ao vermos estas notícias entendemos e valorizamos a importância do exercício físico. Atualmente conhecemos os inúmeros benefícios, mesmo assim, continuamos com níveis baixos de atividade física em comparação com os países mais desenvolvidos da Europa.

É necessário implementar nas populações mais jovens os hábitos e estilos de vida saudáveis. Assim, os mais novos poderão motivar-se a ser fisicamente ativos ao longo da vida. Ao implementar o exercício físico em crianças será notável o desenvolvimento do desempenho (performance) no desporto. Sem esquecer que o exercício físico é também fundamental para a aprendizagem e controlo motor, a precessão de ações, o desenvolvimento em contextos específicos e o auxílio na resolução de problemas e

desordens do crescimento [4]. Como podemos perceber, o exercício é determinante no desenvolvimento da criança e prática do mesmo deve ser mantida ao longo do tempo. A sensibilização da parte dos pais para as crianças praticarem exercício físico, será também uma forma de reduzir o sedentarismo em Portugal.

Conhecemos a célebre expressão, “Olha ao que eu digo, não olhes ao que eu faço”. Esta, ainda se aplica à maioria dos portugueses e se os pais forem fisicamente ativos, as próprias crianças poderão crescer e conviver com habito. Hoje em dia são várias as práticas, desde as caminhadas ao ciclismo passando pelos desportos coletivos ou de academia, as alternativas são várias. No nosso país, parece que o maior problema não seja falta de instalações ou opções, mas sim cultural. A população idosa ainda apresenta alguma resistência ao exercício físico, mesmo conhecendo os benefícios. Essa resistência acaba por ter alguma influência nas gerações vindouras. Quanto mais sensíveis estivermos para a importância do exercício físico, mais fácil será começar a praticar.

No que à saúde diz respeito, o exercício físico pode e deve ser visto como um medicamento ou coadjuvante de terapia. No entanto e neste artigo, o mais importante é sensibilizar as gerações vindouras para a prática. Assim teremos populações mais saudáveis e mais produtivas. Faça exercício para melhorar e se desenvolver a nível pessoal. Mas ainda mais importante do que praticar para se ocupar, pratique para inspirar os mais novos.

Colaborar & Realizar
ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO AGRICULTOR

- Projectos Agrícolas / Investimentos
- Consultadoria
 - - Organização
 - - Simplificada
- IRS
- Sala de Parcelário
- Pastos Úteis / Subsídios Agrícolas
- Licenciamentos
- Biobalgaço
- Serviços de Apoio Técnico
- Análises de Água, Solo e Fertilizantes
- Outros Serviços

Em Camarenda de Ansiães, no largo do toural (junto ao depósito de água)
Tel. 938139254

InfoPrint
Informática e Publicidade

Assistência Técnica, Material e Suporte Informático
Centro de Cópias, Design Gráfico & Publicidade
Sistemas de faturação

☎ 278 099 116 - 938 724 712
✉ infoprint.crz@gmail.com
🌐 infoprintcarrazeda
📍 Praça D. Lopo Vaz de Sampaio nº50 R/C
Carrazeda de Ansiães

Trás-os-Montes Túnel do Marão rendeu 7,5 milhões num ano.

Eduardo Pinto

Desde 8 de maio de 2016 já passaram por lá cerca de 3,850 milhões de veículos. IP4 perdeu 75% do tráfego.

As portagens que os automobilistas pagam para atravessar o Túnel do Marão já renderam à Infraestruturas de Portugal (IP) “7,5 milhões de euros”. É o balanço feito pela própria empresa a 8 de maio, dia em que fez uma ano que entrou em funcionamento a travessia subterrânea que une os concelhos de Vila Real e Amarante, e pela qual já passaram “três milhões e 850 mil veículos”.

A IP adiantou que “as sextas-feiras e domingos são usualmente os dias que se regista mais tráfego”. Em contraponto, constata-se “uma redução do volume de terça a quinta-feira”. Acrescenta que “cerca de 12% do tráfego total corresponde a veículos pesados”, verificando-se que este tipo de tráfego “reduz-se sensivelmente para metade ao fim de semana e em dias feriados”.

No balanço do primeiro ano de exploração da Autoestrada do Marão, que inclui o túnel, verificou-se que foi nos meses de verão, de julho a setembro de 2016, que se verificou o maior volume de tráfego e que o maior decréscimo decorreu nos meses de janeiro a março de 2017.

A IP não tem valores precisos sobre o tráfego no IP4, mas compara os valores homólogos do segundo semestre de 2015 (anterior à abertura do túnel) e de 2016 (já com Túnel do Marão em pleno funcionamento), verificando uma “redução na ordem dos 75% no número de utilizadores do troço do IP4 Vila Real / Parada de Cunhos”.

Desde a abertura à circulação do Túnel do Marão não se registaram cenários de emergência de nível 2, ou

seja, o mais grave. Este corresponde a cenários de emergência com vítimas ou com potencial para originar vítimas, cuja resposta implica o fecho do túnel e envolve a intervenção dos serviços de emergência internos e externos. Até agora, os incidentes mais correntes ao longo dos quase seis quilómetros de extensão da travessia subterrânea da Serra do Marão, resumiram-se, praticamente, a avarias mecânica de viaturas.

Para a inexistência, até à data, de qualquer acidente grave no Túnel do Marão, a Infraestruturas de Portugal salienta que “tem contribuído decisivamente o comportamento exemplar da generalidade dos automobilistas no respeito das regras de segurança e de circulação”.

Antes da abertura do Túnel do Marão ficou prometido um simulacro em contexto real, que ainda não foi realizado. O secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, adianta que “faltam apenas uns ajustes para se poder realizar o simulacro a curto prazo, de modo a serem testados todos recursos disponíveis”. No entanto, o governante salientou que “se houver um acidente grande existem todas as condições para intervir”.

Por seu lado, a IP nota que se encontra a articular com o Comando Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil “a definição de uma possível data para a realização do simulacro”, prevendo-se que venha a ocorrer “até ao final do primeiro semestre de 2017”.

Os bombeiros afetos ao socorro no Túnel do Marão continuam a reivindicar mais ações de formação. O comandante da corporação da Cruz Branca de Vila Real, Orlando Matos, entende que “todos os anos deve haver uma como a que foi realizada em Espanha antes da abertura do túnel”.

Torre de Moncorvo Voar pelo vale do rio Sabor numa águia virtual

Eduardo Pinto

O Centro de Interpretação Ambiental e Recuperação Animal permite conhecer toda a albufeira, os habitats e diversas espécies através de jogos e simuladores virtuais.

Henrique é um destemido. Montou em cima de uma águia, abriu os braços e lançou-se à descoberta virtual dos 60 quilómetros da albufeira criada pela barragem do Baixo Sabor, em Torre de Moncorvo. Viu muita água, campos agrícolas, alguns animais, uma paisagem deslumbrante...

O miúdo de sete anos, natural de Mogadouro, saiu satisfeito. Mesmo que o voo em cima de uma águia de madeira fosse curto, pois fazia parte do programa de inauguração do Centro de Interpretação Ambiental e Recuperação Animal (CIARA), na freguesia do Felgar, concelho de Torre de Moncorvo. Tal como Henrique Neves, muitas mais crianças e jovens – e também adultos, vá – poderão explorar as maravilhas paisagísticas, florísticas e faunísticas do vale, através de jogos e simuladores virtuais. Também ali será possível recuperar animais selvagens, maioritariamente aves, em colaboração com o Hospital Veterinário da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Este centro é uma das medidas de compensação ambiental a que a EDP ficou obrigada pela construção da barragem, cuja albufeira abrange os concelhos de Moncorvo, Alfândega da Fé, Mogadouro e Macedo de Cavaleiros.

O equipamento custou à elétrica “cerca de dois milhões de euros”, segundo o administrador da EDP Produção, António Ferreira da Costa, que considera o projeto “estruturante para a região” em que se insere, já que “pode aproximar as comunidades entre si, bem como a UTAD e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB)”.

A secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza, Célia Ramos, valoriza o “cunho pedagógico do equipamento”, pois vai dar a conhecer as espécies simbólicas do vale,

bem como os seus habitats. Espera que possa ter “um âmbito que extravase a região onde se insere”, para ter “muitos visitantes” e assim “assegurar a sua manutenção e sustentabilidade”.

É isto que também deseja o autarca moncorvense, Nuno Gonçalves, frisando que “é um passo pelo qual se lutou durante bastante tempo”. Agora quer ver o âmbito do CIARA “alargado geograficamente” aos parques naturais de Montesinho, Douro Internacional e Vale do Tua. “Só assim poderá ser um verdadeiro centro regional de recuperação de animais”

O equipamento vai ser gerido pela Associação de Municípios do Douro Superior. Mesmo assim, a EDP “vai financiar a sua gestão com 100 mil euros anuais”. Esta é a parte “fácil”, nota Ferreira da Costa. A parte difícil é “a associação de municípios, a UTAD e o IPB conseguirem andar com o projeto para a frente, atraírem jovens e comunidades locais, criarem valor para a região e promoverem a economia local”.

Para além do CIARA, os autarcas dos concelhos abrangidos continuam a reivindicar a construção de quatro cais ao longo da albufeira, que possibilite que “todas as pessoas possam usufruir deste imenso lago”. Segundo Nuno Gonçalves, “esta é uma das lutas que a associação de municípios tem vindo a desenvolver” e acredita que “a breve trecho poderá ser ganha”.

“Unidos por Carrazeda” concorre contra PSD

Eduardo Pinto

É uma consequência do despovoamento galopante no interior do país. Em Carrazeda de Ansiães, concelho com menos de seis mil habitantes, a candidatura independente “Unidos por Carrazeda” às Eleições Autárquicas deste ano junta militantes e simpatizantes do PSD, do PS e do CDS/PP.

“Unidos por Carrazeda” pretende retirar do poder o PSD, que vai candidatar o veterinário municipal João Gonçalves, depois de o atual presidente da Câmara, José Luís Correia, ter anunciado que não estava disponível para concorrer ao terceiro mandato.

O empresário e enólogo Frederico Meireles reserva o anúncio de outros nomes para as próximas semanas. Para além dele só ainda foi apresentada a cabeça de lista à Assembleia Municipal – Graça Castro Martins. “Cada coisa a seu tempo”, salientou o candidato, por considerar que o importante, até agora, foi assinar os protocolos de entendimento com o PS e com o CDS, para “conciliar três correntes de pensamento em torno de um único objetivo: o futuro de Carrazeda de Ansiães”.

Graça Martins pertence a uma família desde sempre ligada ao PSD local. Diz que “não há qualquer viragem” política. Apenas, “a congregação de esforços num projeto que é comum”. Adianta que o concelho está a atravessar um momento em que a sua voz “é cada vez menos ouvida”, devido ao problema do despovoamento. “Se não tivermos uma congregação, em termos de carrazedenses que se unam em torno de um projeto de futuro, não teremos a mínima hipótese de que este concelho sobreviva”.

A advogada entende que é na Assembleia Municipal – órgão autárquico cuja mesa pretende liderar – que devem ser ouvidas todas as opiniões, porque é o somatório que forma “uma opinião rica” que possa conduzir a uma “solução para rica e com futuro” para o concelho.

Jorge Gomes, da Comissão Política Nacional do PS, entende que o facto de haver cidadãos de três forças

políticas “permitirá, de forma mais fácil, agregar muita gente a este projeto”, que, na sua opinião “poderá sair vencedor”. Por outro lado, é a forma de “os partidos se reverem neste tipo soluções em zonas de baixa densidade populacional”.

Foi mesmo por causa da conjuntura populacional que a Comissão Política Distrital do Partido Socialista também apadrinou este protocolo. “Carrazeda de Ansiães é um município que apresenta claros sinais de regressão social, económica e demográfica, e neste acordo quase impera o espírito de um governo de salvação nacional”, salientou, por seu lado, o líder daquela estrutura, Carlos Guerra.

Mas para Jorge Gomes, esta solução tem de ser encarada “muito pontualmente”, pois os partidos “não abdicam de repente de ter a sua marca e de dar força aos seus militantes”. Elsa Samões, a presidente da concelhia de Carrazeda do PS, teve, segundo Jorge Gomes, de “vencer resistências dentro do partido” até chegar ao acordo agora alcançado. É que “o PS vê este tipo de soluções como uma exceção e não como uma regra”. Uma postura que “será para manter”.

Elsa Samões reconhece que foi preciso “explicar e justificar muito bem” às estruturas do PS “a situação em que o concelho se encontra” para poder ter luz verde para assinar o acordo. “Eles viram que havia uma grande necessidade de partirmos para esta solução”. O objetivo, agora, é “trabalhar em prol da união de todas as pessoas em torno de um objetivo comum, evitando desavenças”.

Do lado do CDS/PP, o processo eleitoral em Carrazeda de Ansiães foi tratado pelo coordenador autárquico nacional, Domingos Doutel. O acordo com “Unidos por Carrazeda” tem a assinatura de Rui Costa, coordenador autárquico do CDS no distrito de Bragança, que vê no projeto “uma excelente solução” para “fazer a diferença”, que encaixa nas ambições de “crescimento sustentado do partido”.

Após ser conhecida a candidatura independente “Unidos por Carrazeda”, que conta com o apoio do PS e do CDS/PP, a concelhia centrista carrazedense veio a público com um comunicado que pretendeu clarificar que os seus elementos não estavam alinhados com a decisão das estruturas distrital e da nacional do partido e que iriam apoiar a candidatura do PSD, liderada por João Gonçalves. No mesmo dia, a distrital de Bragança do CDS, através do coordenador autárquico, Rui Costa, esclareceu que a concelhia “não tem legitimidade” para manifestar esse apoio. A presidente da concelhia, Mara Pereira, salientou que “no dia 20 fevereiro de 2017” foi “assinado um acordo autárquico, aprovado por unanimidade pelas concelhias do CDS/PP e do PSD”, que foi remetido aos órgãos partidários distrital e nacional, e cujo objetivo era o “apoio incondicional” à candidatura do PSD “Sempre com Carrazeda”, liderada por João Gonçalves.

Mara Pereira sublinhou que “a concelhia não se revê” na candidatura “Unidos por Carrazeda”, que “vai claramente contra os interesses dos carrazedenses”.

Entretanto, o coordenador autárquico do CDS/PP no distrito de Bragança veio dizer que a concelhia do partido em Carrazeda de Ansiães “não tem legitimidade” para manifestar o apoio à candidatura do PSD, “porque lhe foi retirado o processo das autárquicas de 2017”.

Rui Costa explicou que Mara Pereira foi notificada”, em março deste ano” de que “o acordo que tinha feito entre a concelhia do CDS/PP e do PSD não foi ratificado pelo coordenador autárquico nacional por não servir os interesses do partido em Carrazeda”.

A seguir, prossegue Rui Costa, “foi-lhe comunicado se estaria disponível para constituir listas para uma candidatura do CDS/PP aos órgãos autárquicos de Carrazeda. Não o tendo feito, a distrital avocou o processo, passando a substituir a concelhia em tudo o que diz respeito à preparação e condução do processo das Eleições Autárquicas de 2017”, neste concelho.

Rui Costa acrescenta que os membros da concelhia do CDS/PP de Carrazeda “são livres” de apoiar a candidatura do PSD, desde que seja apenas a título pessoal e “não usem o nome do partido sem estar mandatados para tal”.

A Comissão Política Distrital de Bragança do CDS/PP reitera o apoio ao movimento independente “Unidos por Carrazeda”, encabeçado por Frederico Meireles, que integra militantes e simpatizantes do PSD e conta com o

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de onze de maio de dois mil e dezassete, exarada a parti de folhas trinta e um e seguintes do Livro Cento e Noventa e Dois-A deste cartório, Maria Cândida Veiga Meireles, NIF. 179.318.918, viúva, residente na Rua Cortinha da Videira, s/n, Fonte Longa, Carrazeda de Ansiães, Duarte Alfredo Vieira Borges NIF200.536.575, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Ana Patrícia Veiga Meireles, residente na Rua Cortinha da Videira SN, Fontelonga, Carrazeda de Ansiães, por si ou em seu nome e ainda na qualidade de procurador e em representação de sua esposa, Ana Patrícia Veiga Meireles, NIF 221.031.804, consigo residente, declararam que com exclusão de outrem, Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, são atualmente donas e legítimas possuidoras em comum e sem determinação de parte ou direito do seguinte bem imóvel, ao qual para efeitos do ato atribuíram valor igual ao valor patrimonial, Prédio Rústico, composto de terra de centeio, sito no lugar de Peinado, freguesia de Belver, concelho de Carrazeda de Ansiães, descrito na Conservatória do Registo Predial desse concelho sob o número duzentos e cinquenta e quatro- Belver, atualmente inscrito na matriz predial rustica sob o artigo 2209- União de freguesias de Belver e Mogo de Malta, com o valor patrimonial tributário de €83.35. Que o referido bem imóvel encontra-se inscrito na matriz em nome da herança indivisa aberta por óbito de Manuel dos Santos Cruz Meireles. Que a AQUISIÇÃO do referido imóvel encontra-se registada em comum e sem determinação de parte ou direito a favor de Abel Vitorino Trigo Cabral, Álvaro Trigo Cabral de Sampaio, Cândida de Lourdes Trigo Cabral Correia de Barros, Maria Antónia Sampaio Trigo Cabral, Maria João Sampaio Trigo Cabral Penteado, Maria Júlia Trigo Cabral Sampaio, Maria Laura Sampaio Trigo Cabral, pela inscrição sob a apresentação três, dezoito de outubro de mil novecentos e noventa e quatro;----- Que este prédio foi adquirido por ela Maria Cândida Veiga Meireles e seu falecido marido Manuel dos Santos Cruz Meireles, casados que foram sob o regime da comunhão de adquiridos, por contrato de compra e venda meramente verbal realizado em meados do ano de mil novecentos e noventa e dois e em que foram vendedores os aludidos titulares inscritos Abel Vitorino Trigo Cabral, Álvaro Trigo Cabral de Sampaio, Cândida de Lourdes Trigo Cabral Correia de Barros, Maria Antónia Sampaio Trigo Cabral, Maria João Sampaio Trigo Cabral Penteado, Maria Júlia Trigo Cabral Sampaio e Maria Laura Sampaio Trigo Cabral. Que o mencionado comprador Manuel dos Santos Cruz Meireles, veio a falecer em dez de Outubro de dois mil e seis e por óbito dele procedeu-se à habilitação dos seus herdeiros por escritura de dezanove de Abril de dois mil e sete, exarada a folhas oitenta e um e seguintes do Livro Quarenta e Sete-C, do Cartório Notarial de Carrazeda de Ansiães, tendo sido habilitados como únicas herdeiras do dito Manuel dos Santos Cruz Meireles, Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, ao tempo solteira, maior, as quais nos termos do disposto no artigo 1255º do Código Civil, sucederam ao autor da herança na posse do referido prédio Rústico. Que dada a falta de título formal bastante comprovativo daquela aquisição por contrato verbal de compra e venda de mil novecentos e noventa e dois não lhes é agora possível obter o registo predial a seu favor do dito prédio rústico. Que no entanto, desde aquele ano de mil novecentos e noventa e dois, Maria Cândida Veiga Meireles e seu marido Manuel dos Santos Cruz Meireles enquanto este foi vivo sempre exerceram a posse e fruição do mencionado prédio rústico, praticando atos materiais comprovativos dessa posse, designadamente cultivando o terreno arável, limpando a parte a bravia, colhendo os respetivos frutos e pagando as respetivas contribuições e impostos devidas por esse imóvel. Que esta sua posse foi e tem sido sempre exercida em nome próprio, sem qualquer interrupção, de forma ostensiva, à vista de toda a gente e sem violência ou oposição de quem quer que seja, de forma correspondente ao exercício do direito de propriedade sobre o dito imóvel. Que no tocante ao adquirente da posse, Manuel dos Santos Cruz Meireles, após o falecimento do mesmo a sua posse continuou nelas Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, como dispõe o artigo 1255º do Código Civil, pelo que este prédio lhes pertence agora em comum e sem determinação de parte ou direito. Que deste modo, a posse do referido prédio rústico iniciada no aludido Manuel dos Santos Cruz Meireles e depois continuada nelas Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, como as suas sucessoras, tem sido sempre exercida, em nome próprio e de boa fé, sem interrupção, de forma ostensiva e à vista e com conhecimento de toda a gente, sem violência, esbulho ou oposição de quem quer que seja e por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade sobre o mesmo imóvel; Que assim, esta sua posse pública, pacífica, contínua ou sem qualquer interrupção e exercida em nome próprio e de boa fé, sobre o aludido prédio rústico desde meados do ano de mil novecentos e noventa e dois conduziu à aquisição do mencionado imóvel por usucapião, o que agora aqui invocam neste ato, para obter o registo de aquisição a seu favor.

Porto, aos onze de maio de dois mil e dezassete. A notária

CARTÓRIO NOTARIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALEIROS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

---- Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia doze de Maio de dois mil e dezassete, no livro de notas trezentos e dezoito traço A com início a folhas setenta e seis **MARIA ISABEL SEQUEIRA**-N.I.F.230 403 190 casada com Jean Luc Paul Nordio (N.I.F. 290 151 929) sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Linhares, do concelho de Carrazeda de Ansiães, residente em 56 Ter Rue Pierere Augustin Caron, Othys França, declarou que com exclusão de outrem é dona e legítima possuidora do seguinte:-----

----- Metade de um prédio urbano composto de casa de rés-do-chão, com quintal anexo, sito no lugar de Carrasqueira, na aldeia de Campelos, da freguesia de Linhares, do concelho de Carrazeda de Ansiães, com o valor patrimonial total de 19.600,00€ e o correspondente à fração de 9.800,00€, inscrito na sob o artigo 969, descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrazeda de Ansiães sob o número setecentos e vinte e sete, sem inscrição de aquisição da referida proporção, com inscrição de metade a favor da justificante pela apresentação um de catorze de Outubro de mil novecentos e noventa e três.-----

---- O referido prédio veio à posse e domínio da justificantes na indicada proporção, por lhe ter sido doado verbalmente pelo pai José Augusto Sequeira, ainda no estado de solteira, maior, aquisição que ocorreu por volta do ano de mil novecentos e oitenta e três, não tendo sido formalizada por documento autêntico, a referida aquisição.-----

----- Que desde essa data portanto há mais de vinte anos, tem possuído o referido prédio em nome próprio, retirando as utilidades pelo mesmo proporcionadas, guardando nele móveis e outros haveres, fazendo obras com o ânimo de quem exerce direito próprio, sendo reconhecida como sua dona por toda a gente, fazendo-o de boa-fé, por ignorar lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, contínua e publicamente, a vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém.-----

---- Que dadas as características de tal posse, a justificante adquiriu o referido prédio na indicada proporção por usucapião, título esse que pela sua natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.-----

---Está conforme o original. Macedo de cavaleiros doze de Maio de dois mil e dezassete. A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis
Conta registada sob o número 839/I



Cecília Meireles
Deputada Assembleia da Republica

Na segunda-feira foi anunciado que Bruxelas vai recomendar a saída de Portugal do Procedimento por Défices Excessivos. É uma boa notícia para o nosso país. É, sobretudo, o resultado do esforço, do mérito e do sacrifício dos portugueses ao longo de vários anos muito difíceis. É bom lembrar que Portugal tinha entrado neste Procedimento em 2009, e que o nosso défice em 2010 chegou aos 11% do PIB. Este dado é muito mais do que um número. Significa que o Estado gastava muito mais do que aquilo que cobrava como receita. E aquilo que gastava a mais representava mais de 10% daquilo que produzimos. Este facto teve infelizmente consequências muito concretas na vida dos cidadãos. Aliás, ainda tem, porque vamos passar muitos anos a pagar a dívida então contraída. O CDS orgulha-se de ter feito parte de um Governo que deu o seu contributo para este resultado. Não se trata de não reconhecer o trabalho do atual Governo, ou de esquecer que foi também um Governo do PS que nos conduziu precisamente a estes défices excessivos e à intervenção da Troika. Trata-se apenas e tão só de perceber que, nesta matéria, foi preciso levar a cabo políticas difíceis e muitas vezes impopulares. E que isso se traduziu num esforço coletivo dos portugueses, cujo mérito lhes pertence. Felizmente ultrapassada esta etapa, o mais importante é não desperdiçar a oportunidade que Portugal agora tem. Depois de quase duas décadas de fraco crescimento económico, temos agora uma conjuntura externa muito favorável para podermos começar a crescer a sério, começarmos a pagar o que devemos e não repetirmos os erros do passado. Para, de uma vez, sairmos do ciclo vicioso das finanças públicas descontroladas e começarmos um ciclo de crescimento.

CARTÓRIO NOTORIAL ALAMEDA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NÚMERO 8

MACEDO DE CAVALERIOS

Notária Lic. Ana Maria Gomes dos Santos Reis

----- Certifico para efeitos de publicação que por escritura lavrada neste Cartório Notarial no dia vinte e sete de Abril de dois mil e dezasseite, no livro de notas trezentos e dezoito traço A com início a folhas quatro **JOSÉ CARLOS GONSALVES** (N.I.F. 183 400 399) e mulher **IRENE DA ASSUNÇÃO MOREIRA GONSALVES** (N.I.F. 185 903 711) casados sob o regime da comunhão de adquiridos, ambos naturais da freguesia de Linhares, concelho de Carrizada de Ansiães, onde residem Rua do Cabo, s/n, no lugar de Arnal, declararam que com exclusão de outrem são donos e legítimos possuidores do seguinte:-----Um) **Metade indivisa** de um prédio rústico composto de vinha e souto, sito no lugar de "Vale de Amarela", freguesia de **Parambos**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 376**, com o valor patrimonial total de 28,58€, correspondente a fracção do valor de 14,29€, a que atribuem igual valor, descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães sob o número quatrocentos e sessenta e dois, freguesia de Parambos, sem inscrição da indicada proporção, em que são compossuidores Ricardo Moreira Gonçalves, solteiro, residente em Arnal.-----Dois) Prédio rústico composto de terra de centeio, com a área dois mil e cem metros quadrados, sito no lugar de "Vale da Amarela", freguesia de **Parambos**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 378**, com o valor patrimonial de 2,69€, a que atribuem igual valor, que confronta de norte e nascente com António Malheiro, de sul com Caminho, e de poente com João António Magalhães, omissão na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães.-----Três) **Um sexto indiviso** de um prédio rústico composto de terra de cereal, pinhal e mata de carvalhos, sito no lugar e "Vale do Cordeiro", freguesia de **Linhares**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 37**, com o valor patrimonial total de 66,44€, correspondente a fracção em 11,07€, a que atribuem igual valor, descrito na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães sob o número setecentos e sessenta e sete, freguesia de Linhares, sem inscrição da indicada proporção, em que são compossuidores os titulares do registo, em que são compossuidores João António Mesquita, casado, residente em Arnal, e Mário Augusto Meireles, casado, residente em Arnal, e Maria Elisa Rodrigues, Manuel António Mesquita da Cruz e Manuel Fernando Sá de Carvalho e Sónia da Assunção da Assunção de Sá de Carvalho Silva.-----Quatro) Prédio rústico composto de primavera com árvores de fruto, com a área quatrocentos metros quadrados, sito no lugar de "Viveiro", freguesia de **Linhares**, concelho de **Carrizada de Ansiães**, inscrito na matriz sob o **artigo 617**, com o valor patrimonial de 12,57€, a que atribuem igual valor, que confronta de norte e nascente com Caminho, de sul com Victorino Lima, e de poente com Francisco Cruz, omissão na Conservatória do Registo Predial de Carrizada de Ansiães.-----Os referidos prédios vieram à posse e domínio dos justfiantes, na indicada proporção, já no estado de casados, por compra verbal, o descrito na verba UM, a Felicidade Amélia Magalhães, casada, já falecida, que foi residente em Parambos, Carrizada de Ansiães, o descrito na verba DOIS, a José Batista Filipe, casado, que foi residente em Parambos, os descritos na verba TRÊS e QUATRO, a Carlos dos Santos Moutinho, solteiro, residente em Arnal, aquisição que ocorreu por volta do ano de mil novecentos e oitenta e três, não tendo sido formalizada por documento autêntico.-----Que desta então, portanto há mais de vinte anos, têm possuído os referidos prédios, os fraccionados numa situação de compossos com os compossuidores atrás identificados, em nome próprio, retirando as utilidades pelos mesmos proporcionadas, cultivando-os e colhendo os seus frutos, com o animo de quem exerce direito próprio, sendo recolhidos com os seus donos por toda a gente, fazendo-o de boa-fé, por ignorarem lesar direito alheio, pacificamente porque sem violência, continua e publicamente, à vista e com o conhecimento de toda a gente e sem oposição de ninguém.-----Que dadas as características de tal posse, os justfiantes adquiriram os referidos prédios, na indicada proporção, por usucapião, título esse que pela sua natureza, não é susceptível de ser comprovado pelos meios extrajudiciais normais.-----Está conforme original. Macedo de Cavaleiros vinte e sete de Abril de dois mil e dezasseite. A Notária Ana Maria Gomes dos Santos Reis

Conta registada sob o número 744/I

EXTRACTO

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de onze de maio de dois mil e dezasseite, exarada a partir de folhas vinte seis e seguintes do Livro Cento e Noventa e Dois-A deste cartório, Maria Cândida Veiga Meireles, NIF. 179.318.918, viúva, residente na Rua Cortinha da Videira, s/n, Fonte Longa, Carrizada de Ansiães, Duarte Alfredo Vieira Borges NIF200.536.575, casado sob o regime da comunhão de adquiridos com Ana Patrícia Veiga Meireles, residente na Rua Cortinha da Videira SN, Fontelonga, Carrizada de Ansiães, por si ou em seu nome e ainda na qualidade de procurador e em representação da sua esposa, Ana Patrícia Veiga Meireles, NIF 221.031.804, consigo residente, declararam que com exclusão de outrem, Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, são atualmente donas e legítimas possuidoras em comum e sem determinação de parte ou direito do seguinte bem imóvel, ao qual para efeitos do ato atribuíram valor igual ao valor patrimonial, Prédio Rústico, composto de terra de centeio com pinhos e um castanho bravo, sito no lugar de Fonte do Ladrão, freguesia de Fonte Longa, concelho de Carrizada de Ansiães, descrito na Conservatória do Registo Predial desse concelho sob o número cento e setenta- Fonte Longa, atualmente inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 466, com o valor patrimonial tributário de €27.38. Que o referido bem imóvel encontra-se inscrito na matriz em nome da herança indivisa aberta por óbito de Manuel dos Santos Cruz Meireles. Que a AQUISIÇÃO do referido imóvel encontra-se registada a favor de Maria Júlia Trigo Cabral Sampaio, pela inscrição sob a apresentação 1, de vinte e nove de março de mil novecentos e noventa; Que Este prédio foi adquirido por ela Maria Cândida Veiga Meireles e seu falecido marido Manuel dos Santos Cruz Meireles, casados que foram sob o regime da comunhão de adquiridos, por contrato de compra e venda meramente verbal realizado em finais do ano de mil novecentos e noventa e um e em que foi vendedora a aludida titular inscrita Maria Júlia Trigo Cabral Sampaio. Que o mencionado comprador Manuel dos Santos Cruz Meireles, veio a falecer em dez de Outubro de dois mil e seis e por óbito dele procedeu-se à habilitação dos seus herdeiros por escritura de dezanove de Abril de dois mil e sete, exaradas a folhas oitenta e um e seguintes do Livro Quarenta e Sete-C, do Cartório Notarial de Carrizada de Ansiães, tendo sido habilitadas como únicas herdeiras do dito Manuel dos Santos Cruz Meireles, Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, ao tempo solteira, maior, as quais nos termos do disposto no artigo 1255º do Código Civil, sucederam ao autor da herança na posse do indicado prédio rústico. Que dada a falta de título formal bastante comprovativo daquela aquisição por contrato verbal de compra e venda de mil novecentos e noventa e um não lhes é agora possível obter o registo predial a seu favor do dito prédio rústico. Que, no entanto, desde aquele ano de mil novecentos e noventa e um, Maria Cândida Veiga Meireles e seu marido Manuel dos Santos Cruz Meireles enquanto este foi vivo sempre exerceram a posse e fruição do mencionado prédio rústico, praticando atos materiais comprovativos dessa posse, designadamente cultivando o terreno arável, limpando a parte a bravo, colhendo os respetivos frutos e pagando as respetivas contribuições e impostos devidas por esse imóvel. Que, esta sua posse foi e tem sido sempre exercida em nome próprio, sem qualquer interrupção, de forma ostensiva, à vista de toda a gente e sem violência ou oposição de quem quer que seja, de forma correspondente ao exercício do direito de propriedade sobre o dito imóvel. Que no tocante ao adquirente da posse, Manuel dos Santos Cruz Meireles, após o falecimento do mesmo a sua posse continuou nas Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, como dispõe o artigo 1255º do Código Civil, pelo que este prédio lhes pertence agora em comum e sem determinação de parte ou direito. Que, deste modo, a posse do referido prédio rústico iniciada no aludido Manuel dos Santos Cruz Meireles e depois continuada nelas Maria Cândida Veiga Meireles e Ana Patrícia Veiga Meireles, como suas sucessoras, tem sido sempre exercida, em nome próprio e de boa fé, sem interrupção, de forma ostensiva e à vista e com conhecimento de toda a gente, sem violência, esbulho ou oposição de quem quer que seja e por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade sobre o mesmo imóvel; Que assim, esta sua posse pública, pacífica, continua ou sem qualquer interrupção e exercida em nome próprio e de boa fé, sobre o aludido prédio rústico desde finais do ano de mil novecentos e noventa e um, conduziu à aquisição do mencionado imóvel por usucapião, o que agora aqui invocam neste ato, para obter o registo de aquisição a seu favor.-----Porto, aos onze de maio de dois mil e dezasseite. A notária



A Beleza de Trás-os-Montes

Rita Monteiro

A desertificação do interior do país é um problema sério que tem vindo a surgir em Portugal desde há já algumas décadas e que com o tempo apenas se tem vindo a intensificar. O interior é frequentemente desprezado pelo resto do país, dada a concentração de população e de atividades económicas no litoral. A ausência de serviços de saúde, escolas e vias de transporte apenas têm dificultado a tarefa de fixar a população nesta metade mais continental de Portugal, e os Governos que estiveram no poder enquanto este problema aumentava de proporção, pouco ou nada fizeram para reverter esta situação. Como é óbvio, Trás-os-Montes não é a exceção desta crise demográfica. Aliás, Carraceda de Ansiães é dos municípios do país que mais população perdeu, de acordo com os Censos de 2011.

Talvez por isso não seja estranho que quando os meios de comunicação mencionem Trás-os-Montes, apresentem esta região, e especialmente o distrito de Bragança, como sendo um local completamente desprovido de vida e sem quaisquer chances de desenvolvimento futuro. Aliás, acho que toda a gente recorda a forma como José Cid se referiu aos transmontanos, há ainda pouco tempo. Todavia, na minha opinião, é impossível falar de Trás-os-Montes sem mencionar toda a beleza do património, da cultura e das gentes desta região. Embora não seja muitas vezes mencionado na televisão, Trás-os-Montes tem várias razões para se orgulhar de todo o seu percurso histórico até aos dias de hoje.

Em termos de património, existem várias paisagens e construções que merecem uma visita, tanto de transmontanos, como dos restantes portugueses ou até mesmo de estrangeiros. Por exemplo, em Carraceda de Ansiães, temos um castelo que é mais antigo que Portugal! Para quem é fã de turismo religioso, o santuário de Nossa Senhora da Assunção na freguesia de Vilas Boas é definitivamente uma visita a fazer no futuro, e mesmo para quem não é católico, a paisagem que se observa do topo justifica, sem qualquer dúvida, a viagem. Para os adeptos da Natureza, o parque de Montezinho será provavelmente um destino a ter em conta. E para

finalizar, o maior ex libris do nordeste português: o Alto Douro vinhateiro, património da UNESCO, com as suas vinhas a perder de vista, rasgadas pela passagem do rio Douro.

Para quem gosta de museus, Trás-os-Montes exhibe também uma grande oferta: o Museu de Ansiães, uma vez mais no nosso concelho, o Museu do Douro, na cidade de Peso da Régua, o Museu da Vila Velha, em Vila Real, o Museu Municipal de Arqueologia Coronel Albino Pereira Lopo, em Macedo de Cavaleiros, ou até mesmo o Museu do Triciclo, em Mesão Frio.

Passando para a gastronomia, os enchidos, o foliar de Valpaços e a feijoada à transmontana têm certamente o poder de atrair alguns apreciadores.

Já os que têm uma veia mais cidadina, embora a densidade populacional transmontana seja geralmente baixa, ainda contamos com algumas cidades com algum buliço, como é o caso de Vila Real, Chaves, Bragança ou Mirandela.

Contudo, além do turismo, existem outros sinais de desenvolvimento. Apesar de ser um assunto controverso que divide opiniões, a construção da Barragem do Rio Tua trouxe algum emprego à região e poderá apresentar-se como uma forma de fomentar o turismo na nossa zona. A construção do IC5 foi também algo positivo que veio reforçar a ligação entre o interior e o litoral. Em Janeiro foi anunciada nos meios de comunicação que uma empresa australiana vai investir entre 185 a 370 milhões de euros para criar um complexo de extração e processamento de compostos de lítio para o fabrico de baterias em Montalegre, criando 200 postos de trabalho.

Por fim, resta-me apenas pedir desculpa a todos os monumentos, paisagens e tradições que não tive oportunidade ou memória para mencionar. O mais importante é relembrar que, embora atualmente seja necessário um esforço reforçado para reverter a espiral descendente na qual Trás-os-Montes se encontra, ainda existem recursos e talentos que poderão representar uma forma de promover a região e trazê-la para a linha da frente.



PROVA DE AZEITES

DOMINGO, 25 DE JUNHO

15H00 - Palestra sobre pragas e doenças da oliveira

15H30 - Prova de Azeites comentada pelo painel de provadores do Piaget

17H00 - Atuação da Associação do Racho Folclórico de Carrazeda de Ansiães

Os participantes da prova de azeites, têm de entregar a amostra na ARCPA até ao dia 20 de junho.

